



J  
B

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

----- Mandato 2017/2021 -----

----- ATA NÚMERO TREZE -----

----- Aos trinta dias do mês de setembro, do ano dois mil e dezanove, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, sob a presidência do membro Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto, Presidente da mesa, Maria da Assunção Gouveia Bártolo Matias, 1.ª Secretária e por Emílio José Meireles Almendra, 2.º secretário. -----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-

----- Artur Manuel Pires; João Carlos Alves Valério; Michel Lima Monteiro; Eurico Manuel Evaristo Trigo; Joni Micael Bento Ledo; Olívia Amélia Diogo Martins; Hernâni Joaquim Vilares Teixeira; Ânia Raquel Dionísio Teixeira; Filipe Azevedo Teixeira; André Marcelino Garcia Ferreira; Armando dos Anjos do Bem Teixeira. -----

----- O membro da AM do PS, Berta Augusta Teixeira de Vilhena Carneiro de Carvalho, foi legalmente substituída pelo membro substituto, Tiago Filipe Silva Morais. -----

----- Estiveram também presentes na sessão, os seguintes Presidentes de Junta: -----

----- Fernando Amílcar dos Santos Passeira; Frederico Macedo Teixeira; António João Barros Rodrigues; Manuel António dos Prazeres Madureira; Vítor Cassiano Queijo Pereira; Fernando Augusto Silva Brás; Armindo António Olmo; Alípio Alberto Monteiro Fernandes; José António dos Santos Ferreira; Carlos José Almeida Seixas; Justino Manuel Bernardo dos Santos; António Abel Fraga. -----

----- Faltou a esta reunião o Presidente da Junta de Freguesia de Freixiel, João Jorge Gouveia Garcia. -----

----- O Presidente da União de Freguesias de Candoso e Carvalho de Egas, Joaquim Filipe Frutuoso Correia, foi legalmente substituído pela secretária, Maria Fernanda Trigo Neri Tabuada. -----

----- O Órgão Executivo esteve representado por: -----



----- Fernando Francisco Teixeira de Barros, Presidente da CMVF. -----

----- Quintino Augusto Pimentel Gonçalves, Vice-Presidente da CMVF. -----

----- Abílio Batista Maia Evaristo, vereador do PS. -----

----- Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, Vereador da coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP. -----

----- Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos, Vereadora da coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP. -----

----- Constatada a existência de Quórum, a Presidente da mesa declarou aberta a décima primeira Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. -----

----- **PONTO UM: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **PONTO DOIS: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (ART.º 37.º): A) EMISSÃO DE VOTOS DE CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR, PROPOSTOS POR QUALQUER GRUPO POLÍTICO OU DEPUTADO MUNICIPAL; B) RECOMENDAÇÕES OU MOÇÕES DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE, DESDE QUE PELA SUA OPORTUNIDADE NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA PRÓXIMA REUNIÃO; C) INTERVENÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA RESPOSTAS, EXPLICAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS.** -----

----- **A Presidente da AM** procedeu à instalação do eleito local nos termos da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, pela Lei orgânica n.º 1/2011 de 30 de novembro e pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o Sr. André Marcelino Garcia Ferreira, portador do cartão de cidadão n.º 11995735, residente na rua Nossa Senhora do Rosário, n.º 9 5360-062 Freixiel, sétimo eleito pela Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP, em substituição do membro da AM Pedro Alexandre Morais dos Santos, por motivos de renúncia de mandato. -----

----- Verificada a conformidade formal do processo eleitoral e a legitimidade e identidade do eleito e após este ter prestado juramento legal, a Presidente da AM, declarou-o investido nas suas funções. (Anexo I) -----

----- De seguida, leu o documento apresentado pela coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP (Anexo II), a informar que a nova representante da bancada seria o membro da AM, Olívia Martins. -----

----- **PONTO TRÊS: PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 39.º):EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E APROVAÇÃO DA ATA N.º 12 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE JUNHO DE 2019.** -----

----- **A Presidente da AM** deu conta de um ofício que chegou da (ANMP), Associação Nacional de Municípios Portugueses, (Anexo III), sobre o XXIV Congresso que se irá realizar nos dias 29 e 30 de novembro onde terá que estar presente o Presidente da

CMVF, a Presidente da AM e informou que será necessário também eleger um Presidente de Junta como representante na ANMP. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** informou que já existe um representante na ANMP, que é o Presidente de Junta de Freguesia de Santa Comba da Vilarça, Fernando Brás, tal como existe um representante na (ANAFRE) Associação Nacional de Freguesias, que é o Presidente da União de Freguesias Vila Flor e Nabo. Sugeriu que continuasse o Presidente da JF de Santa Comba da Vilarça como representante e o Presidente da UF de Vila Flor e Nabo como substituto. -----

----- **A Presidente da AM** colocou a nomeação do representante na Associação Nacional de Municípios Portugueses a votação. -----

----- **Votação:** A AM aprovou, por unanimidade, a nomeação do Presidente da JF de Santa Comba da Vilarça como representante na ANMP e o Presidente da UF de Vila Flor e Nabo como substituto. -----

----- **A Presidente da AM** informou da chegada de um ofício da (ANAM) Associação Nacional das Assembleias Municipais a solicitar o pagamento das cotas no valor de mil euros, referentes ao ano 2019. -----

----- **O Membro da AM André Ferreira (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** disse que a AM deveria ter um orçamento próprio para fazer face às suas despesas para não terem que andar sempre a pedir ao Presidente da CMVF o pagamento dessas despesas. -----

----- **O Presidente da CMVF** referiu que a Associação mencionada ainda está a ser constituída e não levanta nenhuma questão. Mencionou que o Ex-Presidente da AM nem concordava com isto. Nasceu por vontade do antigo Presidente da AM de Mirandela. Fez questão de mencionar que não é uma questão de favores, não há nem nunca houve qualquer entrave às despesas da AM. -----

----- **O Membro da AM André Ferreira (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** referiu que nunca quis dizer que depende de favores do Presidente. Disse que já foi falado em reuniões anteriores, que a AM como órgão independente, também poderia ser contemplada em orçamento com uma verba própria para ser gerida da forma que entender, não é uma questão de mendigar nada. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que as AM das grandes cidades têm grandes orçamentos porque reúnem quase semanalmente. Referiu que, nunca colocou nenhum entrave a qualquer despesa da AM. -----

----- **O Membro da AM Hernâni Teixeira (PS)** deu conta que esta iniciativa da ANAM, quando surgiu, foi um dos que esteve a favor. Disse que existem três órgãos nas Autarquias Locais, as Câmaras Municipais, as Assembleias Municipais e as Jutas de Freguesia. Ao longo de alguns anos, surgiu a necessidade de se constituir a ANAM, porque se queria constituir uma Associação para ter mais força perante o governo. Depois surgiu a necessidade das Freguesias constituírem uma Associação para terem mais força perante as Câmaras Municipais. Disse que não vê mal nenhum em que haja



Handwritten initials and marks in the top right corner.

uma Associação das Assembleias Municipais, até porque foram sempre o parente pobre das Autarquias Locais. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que a ANAM também é financiada pelos Municípios de todo o País, com cotas pagas pelas câmaras. -----

----- **A Presidente da AM** informou que o membro da AM Berta Carvalho, enviou um email a comunicar que por motivos pessoais estaria ausente da presente reunião de AM, mas solicitou que transmitisse a seguinte mensagem: “Solicito apresentação dos cumprimentos a toda a Assembleia e gostaria ainda de que transmitisse o meu regozijo pela abertura da estação dos CTT ao Sr. Presidente da Câmara e respetiva equipa.” -----  
A Presidente da AM leu um documento apresentado por um Munícipe (Anexo IV), que remeteu para apreciação da CMVF. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que, relativamente ao documento apresentado pelo Munícipe (Anexo IV), a situação já tinha sido analisada na Câmara pelos Serviços Técnicos responsáveis mas que iria remeter novamente o assunto para reanálise. -----

----- **A Presidente da AM** colocou a Ata número doze a votação. -----

----- **Votação:** A Ata foi aprovada por maioria com uma abstenção do membro da bancada do PS, Hernâni Teixeira. -----

----- **PONTO QUATRO: TRATAMENTO DE ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE, DESDE QUE PELA SUA NATUREZA NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA PRÓXIMA REUNIÃO.** -----

----- **O Membro da AM Ânia Teixeira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** deu conta de um acidente de trabalho que aconteceu com um funcionário da CMVF, e consta-se que o mesmo foi causado por não ter material adequado aos procedimentos a realizar e à forma como as equipas são compostas. Questionou o porquê de um funcionário ter sido enviado sozinho para trabalhar com produtos químicos, sem lhe terem sido disponibilizados os equipamentos de proteção de trabalho necessários. Em termos de seguros gostaria de saber se tudo isso foi acautelado. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que o trabalho é desempenhado por duas pessoas há muito tempo, que são pessoas experientes e competentes, mas que os acidentes acontecem. Em termos de seguros disse que tudo foi acautelado e mostra-se solidário para com o respetivo funcionário. -----

----- **O Membro da AM Ânia Teixeira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** entende que o essencial é que todos os trabalhadores tenham as condições necessárias para poderem efetuar os seus serviços. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que todos os trabalhadores têm as condições necessárias para poderem laborar e se algum dia, algum funcionário ou chefe de equipa, entender que não tem essas condições, é evidente que nunca as negará. Disse, no entanto, que os acidentes acontecem. -----



J  
B

----- **O Membro da AM André Ferreira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** disse que os seguros não pagam vidas, que o melhor será mesmo precaver as situações e ter os equipamentos necessários. Em relação aos seguros, deu conta que a equipa de sapadores já partiu alguns vidros no exercício das suas funções e que não tinham seguro. Deu também conta de um acidente, há alguns anos, no Centro Cultural, onde uma senhora partiu um tornozelo ou um cotovelo e até agora ainda não lhe foi dito nada nem pago algum tipo de transtorno. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que não entendeu a observação feita pelo membro da AM André Ferreira, e que concorda quando diz que os seguros não pagam vidas. Mas o certo é que os acidentes existem, e para isso é preciso ter seguro. A título informativo, disse que o Estado Português não tem seguro de viaturas, no entanto em caso de acidente, o Estado assume as consequências. -----

----- **O Membro da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** perguntou se existe ou não obrigatoriedade de equipamentos para exercer determinadas funções. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que as coisas acontecem, foi um acidente de trabalho e que nada teve a ver com a utilização dos equipamentos. -----

----- **PONTO CINCO: ATIVIDADE MUNICIPAL - INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 2, DA ALÍNEA C, DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----

----- **O Membro da AM Joni Ledo (BE)** em relação à Terraflor, entende que deveria regressar ao local de origem, entende que tinha outro vigor. Em termos de cartaz disse que deveria ser mais homogénea durante os 4 anos e ter a mesma qualidade todos os anos. Entende que é fundamental os produtores mostrarem os seus produtos e quanto mais qualidade tiver o cartaz, mais pessoas vêm à Terraflor. Em relação à reabertura dos CTT, disse que quando encerrou a loja, deveria ter sido colocado na página do Município tal como fizeram quando a providência cautelar foi aceite pelo Tribunal de Mirandela. Disse que na Atividade Municipal diz que os Vilaflourenses recuperaram os CTT, mas nas redes sociais, vê uma bandeira rosa, com um punho, nem sempre bem focado, à porta dos CTT. Entende que é uma vitória dos Vilaflourenses e de todos os que lutaram contra o encerramento e depois pela sua reabertura. Disse que quando reuniram os grupos partidários foi dito que se corresse mal a culpa seria de todos, mas agora que correu bem, já não são todos responsáveis, só o executivo camarário. Foi-lhe dito que a Câmara Municipal era independente e estava acima dos partidos. Neste caso, entende que não se deve colar nenhuma bandeira à Câmara Municipal. Da próxima vez que disserem que o partido de alguém é Vila Flor, vai aconselhar a mudar de gráfica, porque as bandeiras impressas que foram colocadas em frente aos CTT não são propriamente de Vila Flor. Disse que os CTT encerraram em 33 concelhos, entretanto houve providências cautelares, o povo e os partidos políticos mobilizaram-se e a pressão fez com que a



Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), desse o parecer de reabertura das lojas. Entende que são todos responsáveis e nenhum deve tomar partido por si só. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** disse que o membro da AM Joni Ledo, deve estar a confundir uma foto de ação de campanha do PS, que esteve em frente aos CTT, mas não chegou a entrar nem solicitou fotografias no interior dos estabelecimentos e uma reportagem do Canal-N, que o PS partilhou, onde não existem bandeiras partidárias. Mencionou que, a única vez que o PS se pronunciou sobre os CTT, foi num comunicado, onde não ataca ninguém, onde diz que não tenciona fazer um aproveitamento político nem populista. Referiu que se andou a falar sobre os números do parque de campismo e após relatório, com cerca de 35 mil dormidas, não se falou mais na questão. Deu conta que, no dia 23 de agosto, foi publicado o Plano Nacional de Investimentos (PNI) 2030. Questionou se foram as estruturas locais que falharam, se foi a estrutura regional, ou se foi mesmo o Secretariado Nacional e o Rui Rio, que não quiseram inscrever medidas de Trás-os-Montes, nomeadamente do Nordeste Transmontano, que são tão importantes. Não entende como se esquece a conclusão do IC5, ou a ligação a Vinhais. Indicou que faz 2 anos que o PS foi eleito, que estão a 50% do mandato. Disse que andou à procura do Programa do PSD, mas não conseguiu encontrar, mas pegando no programa eleitoral do PS, disse que a meio do mandato, estão 75% das medidas previstas para 4 anos, executadas ou em execução. Questionou o Presidente da CMVF acerca de três medidas que estão ainda por cumprir, nomeadamente: acerca da construção das redes de abastecimento de água e da ligação ao sistema; sobre a candidatura da eficiência energética e das obras do Município; e, por ultimo, se continua a ideia da ligação do loteamento da Quinta dos Lagares à Estrada Nacional 215. Acerca dos números que falou, disse que está disponível para os facultar caso haja alguma dúvida. -----

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** questionou o Presidente da CMVF sobre o ponto em que está a Zona Industrial. Subscreveu o que o membro da AM Joni Ledo disse e referiu que preferia que a Terraflor se realizasse no espaço da feira. Entende que, se fizesse ali um pavilhão, não seria necessário alugar espaços para os produtores. Disse que vê alguma impunidade ou falta de fiscalização em relação às obras, pois vê areias soltas, lixo, passeios desfeitos. Em relação à limpeza, disse que nunca viu Vila Flor tão abandonada. Ouviu falar que foi feita uma inspeção, e perguntou ao Presidente qual foi o seu resultado e quando entende que a mudança poderá ocorrer. Questionou também em que ponto está a constituição da equipa para trabalhar na promoção do sucesso escolar a nível do Município. -----

----- **O Presidente de UF de Assares e Lodões – Fernando Passeira (PS)** em relação à Atividade Municipal, mencionou que quando chega à parte das obras executadas nas Freguesias, raramente encontra algo relacionado com a sua Freguesia. A única coisa eu encontrou foi o arranjo de caminhos, que foi sensivelmente 2 a 3 horas de trabalho de máquina. Disse que há muitas obras para executar e que o executivo da CMVF já as tem



identificadas e está na hora das escolas de Assares e Lodões serem compostas. Disse que devem olhar para as aldeias pequenas da mesma forma que para as grandes. Quis deixar um alerta em relação à Escola Secundária, dizendo que antigamente existiam muitas atividades no pavilhão polivalente, mas que agora não se vê lá nada a não ser crianças com o telemóvel na mão. Falou também que viu muitas crianças a fumar e entende que se deve tomar uma atitude por parte do diretor da Escola. Disse que se está a construir o futuro daquelas crianças e não podem ignorar o assunto. Devem estar atentos, identificar os fumadores e alertar os pais para a situação. -----

----- **O Membro da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** proferiu o seguinte texto: “A bancada do PSD de Vila Flor, vem pelo presente meio informar que na última reunião de Assembleia Municipal de Vila Flor, ocorrida a 28 de junho de 2019, o líder da bancada da Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP, o Sr. deputado Pedro Alexandre Morais dos Santos, apresentou a sua renúncia ao mandato. Respeitando a sua tomada de posição, torna-se justo e devido um reconhecimento ao serviço prestado ao partido, mas principalmente a Vila Flor, honrando sempre os pilares da democracia, encarando a política não como uma carreira, nem sequer como uma profissão, mas com correspondência a um dever de cidadania. Foi com o enorme espírito de trabalho, humildade e dedicação, que exerceu ao longo dos últimos 14 anos, o cargo de deputado municipal, debatendo sempre os assuntos mais relevantes do Concelho em prol do desenvolvimento e progresso de Vila Flor. Sendo também inevitável enaltecer a forma como tão bem se destacava nas sessões de Assembleia Municipal, com exímia visão e acutilante comunicação. Todavia, o rosto de um partido não é só uma pessoa, mas sim uma equipa. Equipa essa que continuará o seu trabalho em prol de Vila Flor e dos Vilaflourenses. Sabendo que a mesma poderá contar com ele e agradecendo ao mesmo tempo toda a dedicação, ajuda e companheirismo e ensinamento que lhe prestou. Convictos que seja uma pausa no seu trajeto e certos que seguirá atento a Vila Flor e às suas gentes, um bem-haja e até já Dr. Pedro Santos.” Questionou a AM sobre quantas pessoas conseguem beber água da torneira, dizendo que a água sai turva e por vezes com cheiro. Solicitou que o Executivo Camarário verificasse as análises e que comercialize um produto de qualidade, porque a água é um bem essencial e um bem precioso. Em relação às limpezas de linhas de água no Concelho, soube que algumas já foram limpas e gostaria que continuasse a ser executado da mesma forma. A nível de agenda cultural, gostaria de ver alguma coisa palpável, que chegasse às Freguesias e à população do Concelho. -----

----- **O Presidente de JF de Trindade – Alípio Fernandes (PS)** em resposta ao membro da AM Olívia Martins, disse que, em Macedinho, aos sábados, não há água. O problema não está na qualidade da água, mas sim na falta de água. Referiu que alertou em Assembleias anteriores acerca deste problema. Questionou o Presidente CMVF, se sabe de alguma solução para o abastecimento de água à população de Macedinho e das aldeias envolventes. -----

----- **O Membro da AM Michel Monteiro (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** subscreve em parte o que foi dito pelo membro da AM Joni Ledo e pelo membro da AM Artur Pires, mas não concorda quando o Joni Ledo diz que o cartaz demonstra a afluência à Terraflor, porque a afluência até foi bastante agradável na festa da Terraflor. Concordou que o cartaz não foi o melhor, nem o mais convidativo, e a forma como as pessoas fluem também não é a melhor. Para os expositores, entende que também não é agradável estarem confinados naquele espaço e acabam por não perceber o que se passa na festa. Reforça que o espaço da feira está lá e deveria ser aproveitado. Em relação aos 600 hectares de regadio da Barragem Redonda das Olgas, questionou se já foi feito algum estudo prévio para perceber qual o tipo de culturas predominantes das já existentes, se a rega trará algum excedente de culturas, a idade das culturas, a percentagem de culturas já existentes que tenha regadio. Isto tudo para perceber qual vai ser o impacto positivo que esta barragem vai ter. Reforçou que está convicto que a barragem trará grandes vantagens para o Concelho e trará mais vantagens ainda se para além dos 600 hectares projetados, se conseguisse seduzir investimentos de fora, alargando este regadio para as Freguesias que confinam com a Barragem. Entende que deveria existir um ponto de abastecimento de água, pois em anos de seca severa, seria uma solução para dar de beber aos animais. Em relação ao fecho das piscinas e às obras que se irão seguir, entende que deve dar uma data próxima da reabertura das piscinas cobertas. -----

----- **O Membro da AM Emílio Almendra (PS)** em relação à Terraflor, disse que se discute o assunto como se fosse a Feira dos 28, onde aí faria sentido trazer grandes grupos. Mas entende que a matriz da Terraflor é ter negócios em quantidade e em continuidade. Para isso seria preciso trazer os grandes distribuidores e os que fazem grandes negócios. Os que passado o dia do concerto, continuam a consumir e a comprar em quantidade, e isso não se faz com conjuntos, mas sim com iniciativas. Louvou a organização com a iniciativa que teve este ano com os painéis de debate da agricultura, dos animais, do turismo e dizer que é este o caminho que se deve percorrer, porque o objetivo da Terraflor é trazer grandes negócios. -----

----- **O Membro da AM Ânia Teixeira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** relativamente à Terraflor, proferiu o seguinte: “Os Vereadores da Candidatura “Acreditar”, decidiram em 8 de julho de 2019, fazer parte da Comissão Organizadora da Terraflor 2019. Partindo do pressuposto que poderiam dar o contributo e cooperação, intervindo de uma forma ativa para o seu desenvolvimento, unindo esforços de forma a fomentar o maior desenvolvimento da comunidade local à adesão à Terraflor. Após terem verificado nas primeira e segunda reuniões, decorridas a 8 de julho e 12 de julho, que esta Comissão Organizadora, somente incluía Pedro Lima e Ana Ramos por mera formalidade, visto o planeamento de contratação, a orçamentação e demais linhas já estarem delineadas, não havendo qualquer pedido ou aceitação de participação ativa por parte da Comissão Organizadora para uma análise, concessão e correspondente

contributo, decidiram assim, renunciar à mesma em reunião de Câmara Municipal, no dia 15 de junho. Renunciaram à mesma, por verdadeiramente não poderem fazer parte desta. Expondo também que tal Organização frustrou profundamente as expectativas que tinham em acrescentar valor, ideias, metas e um verdadeiro estudo de investimento ou retorno. Declarando que Vila Flor prossegue dirigida em modo de simulação e sem ambição, sem energia, sem rasgo, a satisfazer-se com pouco. O Sr. Vice-Presidente, Quintino Gonçalves, em resposta à renúncia dos vereadores da candidatura “Acreditar”, afirmou que foi transmitido para todos os presentes na Comissão, darem o seu contributo e propostas que, de uma maneira geral, devido à proximidade todos referenciaram não haver espaço para propor grande atividades. A desistência apresentada dos senhores vereadores da referida Comissão não ajuda de nenhuma forma o desenvolvimento no sentido da Terraflor crescer ainda mais. O Sr. vereador Abílio Evaristo, por seu lado, proferiu o seguinte: “Parece-me que este não era o tempo para desistir, pois o caminho faz-se caminhando. Fico com a sensação que afinal vocês tiveram uma simulação de pertencerem à Comissão Organizadora da Terraflor 2019. Não restam dúvidas que em momento algum, a real inclusão dos vereadores da “candidatura Acreditar” na Comissão Organizadora da Terraflor foi, efetivamente, considerada e respeitada pelo restante executivo”. Questionou como, efetivamente, poderiam dar o seu contributo se não havia espaço para propor. Os vereadores não desistiram, mas o caminho que refere não é o caminho da candidatura “Acreditar, dizendo que, não passa por regredir ou manter, mas sim por progredir e avançar. Disse que a Terraflor aos seus olhos e aos olhos dos Vilaflorenses ficou novamente adiada e que de Terraflor já só lhe resta o nome. Argumentou que, tal como uma flor, também a Terraflor desabrochou de uma semente, originando uma excelente ideia mas, para que a mesma se perpetuasse e se propagasse no tempo, necessitaria de um substrato propício. Não basta apenas semear, é necessário cuidar, alicerçando-a no presente e projetando-a para o futuro. Quando assim não é, o seu caminho está traçado e não é culpa do sol ou da lua, mas sim da mão dos homens que não a souberam cuidar e a conduziram sem sentido, sem visão ao fim da estrada. Disse que a preguiça, pompa e circunstância, foram muitas no começo, mas toda essa exuberância se esfumou, pois não existia um substrato propício para a promoção dos produtos, dos produtores, marcas e potencialidades do Concelho de Vila Flor e da região. A Terra sempre nos saudou com produtos de excelência, destacando o azeite, o vinho, os enchidos, os queijos, o mel, as frutas e hortícolas como produtos de eleição pelas qualidades, atributos e características inegáveis, propiciadas pela generosidade da Natureza. Deu conta que no ano de 2012, a Terra que tinha a flor, deixou de ter, não se realizando a Terraflor pela falta de esteios que a perpetuassem e propagassem, derivado à falta de dinamismo, de criatividade, de empenho, de investimento, de motivação, de atividade, de persistência, de energia e de muita vontade. Os 200 expositores foram abandonados, esquecidos, lançando a toalha ao chão e descurando a terra que alicerçava a flor. Disse que em 2013, surge novamente, mas virtualmente, devido o local para onde foi lançada.



Disse que utilizar parques de estacionamento e passeios, é dar vários passos atrás, depois de ter um local próprio para a finalidade. Questionou se é desta forma que os agentes económicos que conseguiram dar escoamento aos excelentes produtos da nossa região aparecem, fazendo um cartaz em cima do joelho, se é assim que pensam promover e divulgar os excelentes produtos do nosso Concelho, se são estes os esforços de que falam, se é esta a promoção e divulgação que tanto anunciaram, se é este o intercâmbio empresarial, se é este o desafio para o futuro, se é isto que nos vai diferenciar. Referiu que o que importa é criar a ilusão de que se fez, nem que para isso tenha que se trazer a Televisão pela sétima vez em seis anos, que não traz nada de novo. Disse que quem está na política tem a obrigação de ouvir as pessoas, de trabalhar com e para elas. Apelou a que seja escutada a voz dos Vilaflourenses, pois só assim poderão voltar a ter a Terra com flor. Disse que como economista, pensa muitas vezes na utilização do dinheiro como investimento ou como gasto e este executivo parece que está simplesmente na parte do gasto, porque de investimento, não vê retorno. -----

----- **O Membro da AM André Ferreira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** relativamente aos CTT, disse que o PSD Vila Flor felicita a ANACOM pela advertência aos CTT, pela reabertura de todas as estações de todas as sedes de Concelho. Estão felizes por Vila Flor, sendo sobretudo uma questão de justiça, que a candidatura “Acreditar” sempre reivindicou nos comunicados em redes sociais e em reuniões de Câmara. Disse que teria sido de bom tom que o Presidente da CMVF tivesse a humildade e a honestidade de reclamar a ajuda e o envolvimento dos restantes partidos políticos da oposição. Disse que deveria ser uma bandeira coletiva, mas vê muitas bandeiras a serem erguidas o mais alto possível. Referiu que o Presidente da CMVF pretendeu ser rotulado como Pai da reabertura dos CTT. Disse que a candidatura “Acreditar”, está e estará disponível para trabalhar em prol de Vila Flor e dos Vilaflourenses. Questionou o membro da AM João Valério se tem o programa do seu partido, porque considera pouco viável que esteja cumprido 75% do programa eleitoral cumprido ou em execução. Questionou se está contemplado, nos 25% restantes por cumprir, a situação de abastecimento de água de Macedinho. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** leu o respetivo programa eleitoral e constatou que está ainda contemplada na parte dos 25% por cumprir a situação de Macedinho. -----

----- **O Membro da AM Michel Monteiro (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** questionou o membro da AM João Valério, qual do universo dos 75% de obras já em execução, qual será o que trará mais investimento para o Concelho. O balanço que faz é que está em falta investimento que cativa outros investidores a instalarem-se no nosso Concelho, pois entende ser uma forma de combater a desertificação no Concelho de Vila Flor. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** em resposta ao membro da AM Michel Monteiro, disse que o programa eleitoral tem 32 medidas. A nível de investimento já executado, não está nessa percentagem dos 75%, mas se forem contabilizar as medidas que já estão em vigor, em execução e em realização, já está vai muito para além. Quando questionado sobre qual das medidas que trará mais retorno, disse que seria a Barragem Redonda das Olgas, pois trás um retorno mais imediato. Se pensar qual o retorno mais duradouro, seria a Zona de Acolhimento Empresarial. Disse que existem medidas que trazem muito pouco retorno ou quase nenhum, como a questão do abastecimento de água à população, mas entende ser uma questão de justiça social e de qualidade de vida das populações, mas o impacto financeiro é muito reduzido. -----

----- **O Membro da AM Filipe Teixeira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** deu conta que os transportes escolares são assegurados pela CMVF gratuitamente, no entanto, disse existirem pai de Vila Flor que tiveram que matricular os seus filhos na Escola Básica de Samões e o transporte é feito pelos pais. Disse existirem casos semelhantes de crianças matriculadas noutras escolas, mas o transporte é segurado pelo Município. Questionou sobre o que é que os pais devem fazer para resolver esta situação. Deu conhecimento que existem muitas fugas de água no Concelho e por vezes regas em espaços verdes em dia de chuva. -----

----- **O Presidente da CMVF** relativamente à Terraflor, disse que houve muita gente em todos os espetáculos musicais e na feira de produtos. Informou que não houve nenhuma queixa relativa à temperatura no interior do espaço. Disse que todos temos responsabilidades na promoção da nossa terra e quando falamos mal dela, também somos responsáveis pelo que estamos a fazer. Referiu que se falou muito no cartaz, do local, o declínio, que é um desastre total, mas afinal de contas, saiu tudo ao contrário. Indicou que houve um cuidado em escolher um cartaz que abrangesse todas as faixas etárias. Sobre os produtos, disse que houve muita gente e foi muito positivo. -----  
Sobre os CTT, disse que se hoje estivessem fechados, o único culpado seria o Presidente da Câmara. Se dissesse que iria arranjar instalações mal os CTT fecharam, muito provavelmente a Estação estaria encerrada neste momento. Nunca escondeu que teve uma reunião com os grupos partidários, com os vereadores, com o seu gabinete e o Presidente da AM e foi decidido que tudo evoluiria de uma forma tranquila. Nunca fez campanha disso, a única coisa que o Município fez foi colocar uma notícia a anunciar que iria reabrir no dia 23 e fizeram uma nota de imprensa para a comunicação social porque lhe foi solicitado. Comunicou que não foi ninguém convidado para a reabertura, além do jurista, caso fosse necessário negociar o levantamento da ação posta em tribunal. Apareceu quem quis aparecer. Quando fala de vitórias, fala de vitórias do Concelho de Vila Flor. Referiu que a única estação que reabriu foi a estação de Vila Flor e que se deve orgulhar disso, não tem que a meter debaixo do tapete. Salientou que teve o apoio de todos os Municípios, da CIM-TTM, que tomaram uma posição perante a ANACOM, estiveram com o ex-ministro Pedro Marques e com o atual ministro das

Infraestruturas e foram à Assembleia da República. O seu papel enquanto Presidente de Câmara é trabalhar em prol da comunidade. Disse que durante 9 meses foi apontado como o único culpado do encerramento dos CTT mas agora que reabriu, a vitória é de todos, mesmo daqueles que estiveram sentados no sofá. -----

Sobre o Parque de Campismo, disse que os valores são muito melhores que os do ano anterior. Disse que a média de registo de entradas costuma ser muito parecida todos os anos, a não ser que haja alguma razão que influencie, nomeadamente o mau tempo. Deu conta que criaram melhores condições dentro do parque, abriram um balneário novo, duplicaram um que já tinham e têm feito grandes investimentos, gastando no ano anterior, no espaço envolvente, cerca de 750 mil euros. Informou que vão requalificar a piscina, com um edifício de entrada, que irá ter um espaço de promoção e divulgação do Concelho, está apenas à espera do visto do Tribunal de Contas para poder avançar. São cerca de 600 mil euros que vão investir e ou começa a obra já em outubro, ou vão ter que adiar por mais um ano, para não correr o risco de colocar em causa uma época balnear. Disse que nunca olhou para o Programa Eleitoral, embora o traga sempre consigo. Informou que: a Barragem Redonda das Olgas vale para Vila Flor 10,17 milhões de euros e está já em execução; a Escola Básica 1,8 milhões de euros; a Escola Secundária 0,6 milhões de euros; o Encontro das Artes Graça Morais 1,2 milhões de euros; a Praça da República, cerca de 0,7 milhões de euros; o edifício da Câmara Municipal 0,6 milhões de euros; a piscina descoberta 0,6 milhões de euros; o Tua Natureza 350 mil euros; o "WI-FI" que são duas candidaturas, cerca de 50 mil euros; o Centro Cultural 110 mil euros; o Insucesso Escolar, que são 4 técnicos superiores e só está em falta o técnico da terapia da fala, o pavilhão de Proteção Civil que ainda não começou; a escola da Trindade; o Cadastro para a futura Zona de Acolhimento Empresarial, onde tiveram que fazer uma nova cartografia certificada e homologada depois de aprovar o PDM e só aí é que puderam começar a trabalhar. Disse que já conseguiram o reforço nas verbas do NORTE 2020, em cerca de 750 mil euros. As Etar's no valor de cerca de 600 euros. Informou que todos estes investimentos perfaz um total entre os 19 e os 20 milhões de euros. -----

Em relação à barragem de Sambade, informou que prevê abastecer 5 aldeias do nosso Concelho e é a única forma de levar água a essa zona. Estas aldeias têm um problema de contaminação mineral e todos os furos que se façam ninguém dá garantias que não possam vir também contaminados. A obra para levar a água a Valbom, Trindade, Macedinho, Benlhevai e Vale Frechoso, fica em mais de 1 milhão de euros, mas para isso tem que se ter uma barragem e só pode ter uma proveniência que é a da Barragem de Sambade. -----

Relativamente à candidatura da eficiência energética do edifício disse que a obra já foi entregue ao empreiteiro e vão ter que agilizar os serviços de forma a poderem continuar a trabalhar normalmente. No loteamento da Quinta dos Lagares, sempre esteve previsto que no fundo da rua ao pé da rotunda, fosse feita a ligação à estrada Nacional 215. Deu conta que existe um problema com as operadoras que fornecem o serviço de fibra, pois



existem cabos espalhado por todo o lado e entende que se deve solucionar essa questão. No que diz respeito à limpeza da Vila, disse que não fazem mais nem menos esforço, apenas existem determinadas épocas do ano em que as ervas crescem mais. Falando da Escola Básica, disse que foi feito pelo empreiteiro um pedido de vistoria para efeitos de receção provisória. Entende que ainda há algum trabalho por concluir e deve-se fazer uma vistoria para que a obra seja entregue em condições. -----

Em resposta ao Presidente da JF de Assares e Lodões, disse que sabe muito bem o que o Presidente pretende e que lá chegará o tempo de o poder fazer, mas que existem outros problemas no Concelho, tal como em Macedinho, que tem que arranjar maneira de fazer chegar lá a água. Tal situação acontece porque ao fim de semana a população duplica e a água não é suficiente para todos. Entende que deve haver equidade entre todas as aldeias e Vila Flor. Informou que a Barragem Redonda das Olgas foi aprovada no valor de 10,17 milhões de euros, com 600 hectares de regadio e pode ter faturas mensais na ordem dos 300 a 400 mil euros. É preciso ter algum estofa na tesouraria para poder aguentar esta obra, mesmo sendo financiada a 100%. Por isso, entendeu lançar todas as obras no Norte 2020, de forma a não coincidirem com a obra da Barragem. Sobre a água de consumo, disse que é uma água com qualidade, se não a bebemos é porque temos algum preconceito. A água que circula é abastecida através das Águas do Norte e é muito controlada pela Câmara, que tem de fazer um Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), tem de ser aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), são feitas análises e quando há um problema, tem que se fazer uma contra-análise e resolver o problema. -----

Sobre a limpeza das linhas de água, informou que a Câmara sempre que pode disponibiliza o meio para o fazer, embora não seja da sua competência. Há responsáveis e há fiscalizações e hoje para cortar árvores nas margens das linhas de água, carece-se de uma licença da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Sobre a Agenda Cultural, disse que vai ser reeditada no papel, embora ela exista. -----

Sobre o regadio, disse que a candidatura da Barragem Redonda das Olgas tinha que ter um estudo prévio, o mais pormenorizado possível e que tinha uma componente técnica, uma componente ambiental e uma componente económica. A componente técnica tinha que provar que havia água no local para construir a barragem e o tipo de armazenamento de água disponível. A componente ambiental, tem a ver se havia ali algum impacto que pudesse ser prejudicial. A componente de viabilidade económica e financeira, era se havia regadio, qual o volume de água armazenada para esse regadio e o tipo de transporte dessa água. Informou que esteve na Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e o projetista do estudo prévio disse que se todas as barragens fossem como a Redonda das Olgas, numa relação de 1 para 12, ou seja, 1 metro de aterro com 12m<sup>3</sup> de água colocados aquela cota, seria tudo uma maravilha. Disse que uma das mais-valias é exatamente esta relação. Tem água para o regadio projetado e para muito mais. Se subissem a cota do paredão 1 ou 2 metros, ainda teriam mais água. Informou que se introduzissem a componente com elevação da água, o



projeto nesta relação de eficiência seria prejudicado e a candidatura não seria aprovada. Depois de construída, pode haver bombagens para todo o lado. Deu como exemplo a Barragem do Azibo, onde toda a água é bombeada, e que também quando foi feita, não previa nenhuma componente de abastecimento. Hoje abastece Macedo de Cavaleiros, quase todo o Concelho de Mirandela e está lá para muito mais. A sugestão para alargar a zona de regadio, para já não é possível, mas poderá vir a ser alargada depois. Quanto à reabertura da piscina coberta, disse que até ao fim do mês de outubro é provável que esteja aberta. Em relação à Terraflor, disse que se realizaram dois seminários excelentes, um sobre a Agricultura e outro sobre o Turismo, mas as salas estavam vazias. No seminário de Turismo, estiveram na mesa dispostos a ouvir perguntas e a emitir opiniões, os jornalistas da região, da RTP, da Pressnordeste, do Mensageiro, da Lusa e a plateia estava quase vazia. -----

Em resposta ao membro da AM Ânia Teixeira, disse que a TVI custou à Câmara 16.584,24€, que teve 6 horas de emissão a falar-se de Vila Flor e a mostrar os produtos do Concelho. Foi dos programas mais vistos e o produtor da TVI disse que só foi possível devido ao local onde foi realizado. Entende que a TVI é um excelente meio de comunicação para os produtores divulgarem e darem a conhecer os seus produtos. Deixou ainda a nota que o valor que mencionou é apenas gasto em estadia e refeições e que fica na sua totalidade no nosso Concelho, sendo também uma forma de dinamizar o comércio. Em resposta ao membro da AM André Ferreira, disse que não é o pai dos CTT, pois se fosse nunca teriam fechado. Sobre as fugas de água disse que tem algumas dificuldades a nível de pessoal e vão abrir concurso para meter mais gente. Em relação à rega dos jardins, informou que a maior parte é regada por furos numa rede paralela de água bruta e não potável. Acerca do transporte, solicitou ao vereador Abílio Evaristo que se pronunciasse sobre o assunto. -----

----- **O Vereador Abílio Evaristo (PS)** disse que em Vila Flor, o problema é que a Escola Básica N.º 1 não tem vagas suficientes para acolher todas as crianças. Não havia sala na Freguesia de Samões e a solução passava por levá-los para a Freguesia de Vilas Boas. Abriu-se um circuito de transportes para Vilas Boas. Foi dado conhecimento aos encarregados de educação que só haveria vaga na Escola de Vilas Boas. Alguns aceitaram a proposta, outros entenderam que não seria solução e assumiram a responsabilidade do transporte eles próprios. Sendo assim, os pais optaram por levar as crianças para a Freguesia de Samões por iniciativa própria, daí não terem garantido o transporte. -----

----- **O Membro da AM Olívia Martins (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** disse que o Presidente da CMVF responde a todos os membros da AM pelo nome e pelo título, mas a si, diz que não a conhece, não tem título nem nome. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que da sua parte não há qualquer intenção de o fazer. -----



----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** sugeriu o Presidente da CMVF para tratar toda a gente como deputados. -----

----- **O Presidente da CMVF** referiu que tratará todos os membros por deputados. –

----- **O Membro da AM André Ferreira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** relativamente à Terraflor, disse que é um processo precedente e recorrente, entende que de uma forma ou de outra, se acabem com os precedentes. Referiu que os comerciantes que têm as portas abertas na Avenida não têm que dar guarida a toda a gente que quer dar uso às casas de banho, sendo as públicas insuficientes. Disse que sendo verão e com o calor que se faz sentir, os maus cheiros abundam. Na questão dos fóruns que o Presidente falou, disse que não são para toda a gente, pois são durante a semana, no período da manhã e só pode ir quem está reformado ou quem está de férias, quem trabalha não pode ir. Concorda não tanto com a pobreza do cartaz mas no tardio da sua publicação. Questionou se tivessem um bom cartaz, colocado com três meses de antecedência, não teriam um melhor resultado na Terraflor. Mencionou que não quis chamar o Presidente da CMVF de pai dos CTT, mas apenas o rótulo, pois da mesma forma que não foi responsável pelo fecho dos CTT, também não foi o responsável pela sua reabertura. Foi apenas um interveniente, e por isso é que ocupa o lugar de Presidente, acompanhado de todos os membros convidados para a reunião. Entende que deveria deixar uma nota na comunicação social a agradecer a todos os intervenientes e à ANACOM, por termos novamente o balcão aberto. Disse que está na AM por direito, porque o Dr. Pedro Santos renunciou ao mandato e irá assumir as funções com zelo e lealdade ao serviço dos Vilaflourenses. -----

----- **O Presidente da CMVF** em relação espaço da Feira, disse que é preciso colocar palco, porque não tem as dimensões necessárias, água, esgotos, cozinhas, restaurantes, bares. Deu conta que as tendas que se colocavam lá não tinham condições, porque o ar condicionado não funcionava. Sobre as casas de banho, disse que podem melhorar, mas que já existem casas de banho no Mercado, no Centro Cultural, e na própria feira. Sobre os seminários, percebeu que o membro da AM André Ferreira não foi porque não estava cá. Entende que se o cartaz saísse três meses antes, não teria melhores resultados, porque hoje as notícias circulam a uma grande velocidade principalmente nas redes sociais. Em relação ao Dr. Pedro Santos, disse que tem uma grande consideração e uma grande estima e amizade por ele. -----

----- **O Membro da AM Ânia Teixeira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** disse que cada vez que intervém sobre a Terraflor, o Presidente da CMVF consegue reduzir simplesmente à TVI. Fala no espaço, nos expositores e o Presidente só lhe responde na TVI. -----

----- **O Presidente da CMVF** referiu que não se quis repetir porque houve vários membros a falar sobre o mesmo assunto e apenas respondeu no geral a todos. Disse



que só pegou na TVI porque foi o único membro da AM que falou sobre a televisão ter vindo cá seis vezes. Tudo o resto respondeu em conjunto para todos os membros. -----

**----- PONTO SEIS: DESIGNAÇÃO DE CIDADÃO PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VILA FLOR – CPCJ. -----**

----- **A Presidente da AM** deu conta da apresentação de duas listas com os seguintes nomes (Anexos V e VI): -----

----- *Maria da Assunção Gouveia Bártole Matias – Bancada do PS.* -----

----- *Milene Alexandra Silva Carvalho – Bancada da Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP.* -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** justificou o nome apresentado dizendo que a pessoa indicada já tinha estado na CPCJ, sabe quais são as obrigações e deveres e cumpre na plenitude com as funções apresentadas. -----

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** subscreve integralmente as palavras do membro da AM João Valério, mas entende que deve haver um representante de cada bancada e que mediante o acordo quando foi da nomeação dos membros para os vários Conselhos Municipais, o representante na CPCJ deveria ser da sua bancada. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** disse que não tem nenhuma nota desse acordo, que a reunião de 29/12/2017, entre o Ex-Presidente da AM, o Dr. Pedro Santos e ele próprio, foram decididas várias pessoas e o Dr. Pedro Santos apenas propôs um nome para o Concelho Municipal de Educação. -----

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** entende que poderá haver aqui a possibilidade de um acordo de cavalheiros, caso não haja, haverá votação das listas. -----

----- **A Presidente da AM** colocou as listas a votação, por voto secreto, sendo os membros da AM chamados a votar em urna fechada. -----

**----- Votação: -----**

----- *Lista A: Maria da Assunção Gouveia Bártole Matias – 18 Votos* -----

----- *Lista B: Milene Alexandra Silva Carvalho – 10 Votos.* -----

----- **A Presidente da AM** disse que a cidadã a integrar a Comissão alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Flor será Maria Assunção Gouveia Bártole Matias.-

----- **A 1.ª Secretária Maria da Assunção Matias** agradeceu a confiança depositada e referiu que irá trabalhar com a maior seriedade. Quis dar a conhecer o trabalho elaborado no Centro de Saúde de Vila Flor m prol da comunidade, dizendo que a Unidade de Cuidados para a Comunidade (UCC), foi deferida pelo Decreto-Lei n.º 28/2008 de 22 de fevereiro no artigo 11. Como unidade presta cuidados de saúde, apoio psicológico e social no âmbito do domicílio e comunitário, essencialmente a pessoas,



famílias e grupos mais vulneráveis em situações de risco ou dependência física e funcional, ou doença que requeira acompanhamento próximo, e atua na Educação e para a Saúde na integração em redes de apoio à família e na implementação de Unidades Móveis de Intervenção. A equipa da UCC de Vila Flor, abrange o Concelho de Vila Flor e Carrazeda de Ansiães e é composta por equipas de enfermagem, assistentes sociais, médico, psicóloga, nutricionista e outros profissionais consoante as necessidades e disponibilidade de recursos. A sede é no Centro de Saúde de Vila Flor. A UCC está adjacente à equipa de Cuidados Continuados Integrados, prevista no Decreto-Lei n.º 101/2006 de 6 de junho. É uma das unidades funcionais que trabalha no âmbito comunitário, com uma equipa multiprofissional, em estreita articulação com as demais equipas funcionais do Centro de Saúde e com os demais parceiros do Concelho. A intervenção comunitária desta equipa, abrange os seguintes projetos e equipas de trabalho: preparação para o parto, saúde escolar, comunidade mais saudável e movimento, (projeto a implementar e queria que a Educação e o Município ajudassem a implementar), núcleo de apoio a crianças e jovens em risco, intervenção precoce, núcleo local de inserção, CPCJ, equipa de prevenção de violência dos adultos, a Rede Social, equipa de Cuidados Continuados Integrados e Unidade Móvel de Saúde. Agradeceu a colaboração prestada por todos os parceiros na implementação das várias atividades inerentes a cada projeto, área de intervenção da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) e da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), e solicita sugestões de melhoria e/ou implementação de outras atividades locais, promoção, saúde e bem-estar da população em geral e em particular. -----

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** entende que a intervenção do membro da AM Maria da Assunção Matias é muito válida, mas em termos de estruturação de ata, tinha cabimento no ponto de assuntos de interesse municipal. -----

----- **O Membro da AM Olívia Martins (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** disse que não se recorda da Presidente da AM ter dito que o membro da AM Berta Carvalho iria ser substituída pelo membro substituto, Tiago Morais. Entende que deveria haver uma lista de todos os presentes. Questionou até que altura da reunião da AM se pode substituir um membro que adoeça ou não possa estar presente. -----

----- **A Presidente da AM** informou que não disse que o membro em questão não iria ser substituído, porque faz parte do regimento. Deu conta que a lista de presenças se encontra disponível para ser consultada. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** informou que a Presidente da AM soube antecipadamente, através de e-mail, que o membro da AM Berta Carvalho iria ser formalmente substituída. Disse também que o Presidente da JF de Freixiel informou em cima da hora que não poderia estar presente, mas que não foi substituído. -----

----- **PONTO SETE: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA TAXA DE IMI A APLICAR AOS PRÉDIOS URBANOS DO CONCELHO DE VILA FLOR NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12/11 PARA O ANO DE 2019.** -----

*JZ*  
*fb*

----- A 1.<sup>a</sup> Secretária Maria da Assunção Matias colocou o ponto número sete a votação. -----

----- Votação: O ponto número sete foi aprovado por unanimidade. -----

----- PONTO OITO: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA TAXA DA TMDP - TAXA MUNICIPAL DO DIREITO DE PASSAGEM PARA O ANO 2020. -----

----- A 1.<sup>a</sup> Secretária Maria da Assunção Matias colocou o ponto número oito a votação. -----

----- Votação: O ponto número oito foi aprovado por unanimidade. -----

----- PONTO NOVE: SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SAMPAIO, PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA DO CONCELHO DE VILA FLOR. -----

----- A 1.<sup>a</sup> Secretária Maria da Assunção Matias informou que seria preciso substituir o Presidente de JF de Sampaio na Comissão Municipal de Defesa da Floresta do Concelho de Vila Flor, por se encontrar ausente das funções de Presidente de Junta. -----

----- Deliberado substituir o Presidente de JF de Sampaio pelo seu substituto Vítor Cassiano Queijo Pereira. -----

----- PONTO DEZ: SUBSTITUIÇÃO DO MEMBRO DA COLIGAÇÃO "ACREDITAR" PPD/PSD-CDS/ PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES (CIM-TTM). -----

----- A 1.<sup>a</sup> Secretária Maria da Assunção Matias explicou que seria necessário substituir o ex-membro da AM Pedro Santos nas funções que desempenhava na CIM-TTM. -----

----- Deliberado substituir Pedro Alexandre Moraes dos Santos por Ânia Raquel Dionisio Teixeira para integrar a Assembleia Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. -----

----- PONTO ONZE: PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR, A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA E A AIN - AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, EM, S.A - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. -----

----- O Presidente da CMVF explicou que foi sugerido pelo revisor de contas do Cachão e pelos Revisores de Contas das duas Câmaras, Vila Flor e Mirandela, que houvesse uma internalização do MIC na AIN, ou seja, a AIN poder absorver o MIC. A administração irá fazer um estudo que internalize o MIC na AIN. -----

----- A Presidente da AM colocou o ponto numero onze a votação. -----

----- Votação: O ponto número onze foi aprovado por maioria, com 16 votos a favor e 10 abstenções. -----



----- PUNTO DOZE: PORTARIA N.º 452/2019, DE 24 DE JULHO - AUTORIZA O FUNDO AMBIENTAL A EFETUAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS RELATIVOS AO PROTOCOLO COM A AIN, AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, EIM, S. A. - PARA CONHECIMENTO. ---

----- O Presidente da CMVF disse que este documento é para mero conhecimento, que o Fundo Ambiental existe para estas coisas e foi acionado para resolverem problemas ambientais no Cachão. Contactaram o Ministério do Ambiente, e acompanharam a remoção dos lixos. Entende que ainda há muitos resíduos para sair, e é mesmo necessário fazer a contenção dos edifícios que arderam, pois representam um perigo para as pessoas. Foram contemplados com o montante descrito no documento, e com este fundo vão conseguir que em termos ambientais o Complexo do Cachão fique melhor. Tem três notas sobre o Cachão, a primeira era sobre a internalização, outra sobre este Fundo Ambiental e a última é sobre um estudo estratégico sobre o que pretendem fazer no Cachão. Este estudo vai ser financiado com verbas do NORTE 2020, estão já disponíveis na CIM, já foram disponibilizadas, aprovaram a candidatura, fizeram o concurso e a empresa já está no terreno a fazer esse estudo. -----

----- PUNTO TREZE: RELATÓRIO COMPLEMENTAR DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2019 – REVISOR OFICIAL DE CONTAS - DAR CONHECIMENTO.-----

----- O Presidente da CMVF disse que o relatório foi entregue e se precisarem de esclarecer alguma questão, está disponível o responsável pela contabilidade para poder responder. -----

----- O Membro da AM Michel Monteiro (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP) relativamente ao relatório apresentado, disse que não vê algum mal na reconciliação bancária. Relativamente à referência de existências de stocks, entende que revela alguma falta de mecanismos de controlo, entende que, interessa trabalhar esta fragilidade. Quanto à contabilidade analítica, poderá não se perceber a importância da contabilidade analítica, mas é esta que faz o controlo de todos os custos, a contabilidade geral serve para o registo. Disse que este relatório é muito diferente dos anteriores, o que alerta para algumas fragilidades que ano após ano se veem aqui refletidas. A maior preocupação é a forma de levar tudo para investimentos em curso. Em relação à AIN, confessa que ficou confuso, porque o Presidente falou de um estudo estratégico, quando no relatório do ROC fala em dissolução, liquidação ou alienação desta participação. -----

----- O Membro da AM Ânia Teixeira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP) relativamente ao relatório do ROC, disse que consecutivamente são sempre as mesmas chamadas de atenção e as mesmas fragilidades. Continuam a ser apontadas insuficiências ao nível de controlo interno, nomeadamente quanto à falta de implementação de sistema de contabilidade analítica, itens presentes em conciliações bancárias que não deveriam ficar lá durante muito tempo. A gestão de stocks não é suficiente para detetar utilização inadequada de ativos em armazém. Continuam a não

existir folhas de obra que permitem aferir os custos imputados com a realização das mesmas. Alertas de controlo biométrico em relação ao pessoal. Os bens arrendados a terceiros não se encontram relevados na contabilidade, sendo que a falta desse registo se traduz numa subavaliação de investimentos financeiros, do imobilizado corpóreo e do património líquido. Questionou, como está a ser feito o registo dessas rendas. Quanto aos procedimentos de ajuste direto, disse que há uma ressalva relativamente aos convites, tendo em conta os limites que estão fixados no código dos Contratos Públicos, questionando se há algum limite ultrapassado relativamente a alguma empresa. Disse que o relatório alerta ainda para as responsabilidades financeiras decorrentes da cobertura de prejuízos passivos das empresas que não estão integralmente refletidas na contabilidade, (AIN e MIC). Ainda ao nível de execução orçamental, que se encontra abaixo das projeções de despesa e da receita constantes do orçamento e que aconselha a que proceda com maior controlo para que as estimativas mostrem menores desvios relativamente à execução. Disse que se constata falta de controlo quer ao nível dos procedimentos, quer ao nível dos processos, na medida em que ao longo do tempo a gestão do Município não procede em conformidade para resolver os problemas mencionados. -----

----- **O Presidente da CMVF** reconheceu as fragilidades, mas entende que não são fragilidades que provoquem grandes descontrolos. Entende que o armazém terá que ter melhor atenção, mas indicou que já há algum trabalho feito, nomeadamente a sua informatização. Em relação às folhas de obra, vai obrigar a ter alguns procedimentos e com mais pessoal a trabalhar. Referiu que nas projeções orçamentais, é difícil prever o que se vai gastar ao longo do ano, mas para isso existem as alterações orçamentais. Em relação à AIN e MIC, disse que nunca escondeu que esse sempre foi o maior problema do Município de Vila Flor, mas entende que é um setor muito importantes e com muito peso a nível dos produtores. Disse que herdou uma situação que não foi fácil, mas está empenhado em resolver o problema, pois este é o único matadouro da região com abate sanitário. Respondendo ainda sobre esta questão ao membro da AM Michel Monteiro, disse que não há nenhuma incongruência, mas sim um desfasamento de tempo. -----

----- **PONTO CATORZE: 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA E DA RECEITA DO ANO 2019 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.** -----

----- **O Técnico responsável pela contabilidade da CMVF, João Rei** disse que a revisão consiste na utilização de parte do saldo da gerência anterior para reforço de algumas rubricas orçamentais. Relativamente à inventariação física do armazém, disse que era feita, só não era feita mensalmente e tudo o que sai e entra é controlado. -----

----- **A Presidente da AM** colocou o ponto número catorze a votação. -----

----- **Votação:** O ponto número catorze foi aprovado por maioria, com 16 votos a favor e 10 abstenções. -----



----- PONTO QUINZE: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DIPLOMAS SECTORIAIS PARA O ANO 2020. -

----- O Presidente da CMVF informou que se discute a transferência de competências para a CMVF, para a CIM-TTM e para as Freguesias. Solicitou ao jurista do Município Tiago Morais para esclarecer este ponto. -----

----- O Jurista do Município Tiago Morais deu uma pequena explicação acerca das competências e explicou que seria necessário votar cada uma delas. -----

----- A Presidente da AM colocou o ponto número catorze a votação. -----

----- Votação: -----

----- Os membros da AM de Vila Flor, votaram da seguinte forma os seguintes diplomas para a competência do Município de Vila Flor: -----

----- Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro – Por maioria aceitar competências. -----

----- Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro – Por maioria recusar competências. -----

----- Decreto-Lei n.º 100/2018, de 27 de novembro – Por maioria aceitar competências. -----

----- Decreto-Lei n.º 101/2018, de 27 de novembro – Por maioria recusar competências. -----

----- Decreto-Lei n.º 103/2018, de 27 de novembro – Por maioria recusar competências. -----

----- Decreto-Lei n.º 104/2018, de 27 de novembro – Por maioria recusar competências. -----

----- Decreto-Lei n.º 105/2018, de 27 de novembro – Por maioria recusar competências. -----

----- Decreto-Lei n.º 106/2018, de 27 de novembro – Por maioria aceitar competências. -----

----- Decreto-Lei n.º 107/2018, de 27 de novembro – Por maioria recusar competências. -----

----- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019 – Por maioria recusar competências. -----

----- Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01/2019 – Por maioria aceitar competências. -----

----- Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01/2019 – Por maioria recusar competências. -----

----- Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019 – Por maioria recusar competências. -----

----- Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28/05/2019 – Por maioria aceitar competências. -----

----- Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21/08/2019 – Por maioria recusar competências. -----

----- Os membros da AM de Vila Flor, votaram da seguinte forma os seguintes diplomas para a competência da CIM-TTM: -----

----- Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28/11/2018 – Por maioria aceitar competências. -----

----- Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11/2018 – Por maioria aceitar competências. -----



----- Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29/11/2018 – Por maioria aceitar competências. ----

----- Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11/2018 – Por maioria aceitar competências. ----

----- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019 – Por maioria aceitar competências. ----

----- Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01/2019 – Por maioria aceitar competências. ----

----- Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019 – Por maioria aceitar competências. ----

----- Sobre a transferência de competências previstas no Decreto-Lei n.º 57/2018, de 30/04/2019, competências previstas para as Juntas de Freguesia: -----

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** questionou se ficaria tudo resolvido em relação às transferências de competências para as Freguesias à exceção da UF de Vila Flor e Nabo que ainda estão a entrar em acordo com a Câmara Municipal. -----

----- **O Jurista do Município Tiago Morais** confirmou a questão do membro da AM Artur Pires e disse que já informou a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) sobre essa situação. -----

----- **O Presidente da JF de Vale Frechoso, José Ferreira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** questionou, sobre as transferências de competências, se as Juntas de Freguesia terão que enviar a cópia da Ata da Assembleia de Freguesia até 30 de setembro para a DGAL, ou se isso seria feito pela Câmara Municipal. -----

----- **O Jurista do Município Tiago Morais** em resposta ao Presidente da JF de Vale Frechoso, informou que era a Câmara que enviava os documentos necessários e preenchia os formulários na plataforma da DGAL. -----

----- **A Presidente da AM** colocou o Decreto-Lei n.º 57/2018, de 30/04/2019, diploma que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, **manter** no âmbito da intervenção do município as competências das alíneas, g); h); i); j); k); l); e m); e passar para as competências das freguesias as alíneas, a); b); c); d); e); e f) com os respetivos recursos financeiros de acordo com a informação e mapa constantes. -----

----- **Votação:** Aprovado por maioria com uma abstenção do Bloco de Esquerda. ----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.** -----

----- **A Presidente da AM** a título de exceção, permitiu a intervenção do público do município Wilson Ruben Bento Alves no final da reunião de AM. -----

----- **O Município Wilson Alves** Disse que o Grupo Desportivo e Cultural de Santa Comba da Vilarça irá entrar do Futsal, visto que a população é reduzida e as condições para a prática de Futebol de 11, bem como os apoios são muito poucos. Disse que ainda não lhe foi atribuída a verba deste ano, que são à volta de 15 mil euros e teve que

emprestar esse dinheiro ao clube. Informou que o Centro Paroquial tem o gimnodesportivo ocupado os dias que quer, tal como a Associação Recreativa Alfandeguense (ARA), mas que para o Grupo Desportivo e Cultural de Santa Comba da Vilariça não existe. Referiu que pretende uma resposta por parte do executivo da CMVF e que às vinte horas e trinta minutos estarão no pavilhão para treinar. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que se existe algum equívoco, a situação irá resolver-se. Disse que sempre tratou todos por igual, pois fazem uma reunião com todos os clubes e apuram as verbas para cada clube e nunca falhou com um cêntimo. Informou que numa direção anterior, houve um clube que não apresentou a verba a que tinha direito. No ano seguinte colocou à consideração a atribuição da verba em dobro e ninguém se opôs. Surgiu um problema em justificar essa verba em dobro. A verba para este ano pode ser recebida. Disse que não se pode confundir utilização de pavilhões e estádios com verbas que são atribuídas. Referiu que não tinha conhecimento que o Santa Comba da Vilariça vai ter Futsal. Em relação ao Pavilhão, se tem uma dificuldade de utilização, sentam-se à mesa e definem o horário. A Associação ARA, solicitou a possibilidade de utilizar o pavilhão gimnodesportivo e mediante a disponibilidade foi-lhe atribuído um horário para treinar. Disse que não há má fé de ninguém, nem pode permitir que haja. Garantiu que os clubes e as associações são todos tratados por igual. Disse que apoia a Federação Portuguesa de Voleibol (FPV) por diversas razões e o dinheiro que a FPV deixa em Vila Flor é quatro ou cinco vezes superior à verba atribuída e tudo o que está à volta do voleibol ajuda a promover Vila Flor. Informou o município Wilson Alves que se existe alguma dificuldade, estão disponíveis para os resolver. -----

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** disse que se as verbas reivindicadas pelo Clube de Santa Comba já estão contempladas, só falta executá-las e que o executivo irá resolver o problema. -----

----- **O Presidente da CMVF** informou que as verbas já estão disponíveis há muito tempo, só têm que apresentar as justificações dessas verbas. -----

----- **O Vereador Abílio Evaristo** deu conta que o pavilhão gimnodesportivo tem um uso grande e, nos últimos meses, têm chegado à Câmara inúmeros pedidos para o seu uso, sendo eles o Centro Paroquial, o Voleibol e Andebol, um pedido do ARA (às segundas e quartas e os jogos em casa), um pedido do Santa Comba da Vilariça, (às sextas nos jogos em casa e para os treinos às quartas). Havia mais um pedido da Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Seixo de Manhoses e um pedido da Associação Desportiva de Valtorno. Todos os pedidos foram canalizados para a unidade orgânica do Desporto e da Cultura e para os técnicos de desporto do Município, que elaboraram uma proposta de acordo com esses pedidos. Só mais tarde é que o Santa Comba da Vilariça disse que também queria treinar à segunda-feira, no entanto, já tinha comunicado à Associação ARA que poderiam treinar das 20h30 às 22h30. Disse que só

foi cedido o pavilhão à Associação ARA, depois de satisfazer todas as necessidades locais de todos os cubos. Referiu que não há discriminação nenhuma em relação a ninguém. -

----- **O Munícipe Wilson Alves** disse que quando foi dos jogos das Freguesias, o Senhor vereador foi informado que o Santa Comba da Vilarça iria participar no Futsal. Questionou o vereador Abílio Evaristo se a grelha de utilização do gimnodesportivo já tinha sido aprovada e por quem. Disse que teve conhecimento que a grelha ainda não tinha sido aprovada e que teria que ir para aprovação. -----

----- **O Vereador Abílio Evaristo** disse que a grelha foi elaborada pelos técnicos de Desporto do Município de acordo com as necessidades apresentadas e autorizada pelo Vereador do Desporto. -----

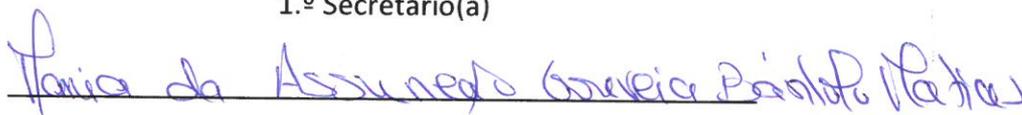
----- Nada mais havendo a declarar, o Presidente da AMVF deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata. -----

A Presidente da Mesa



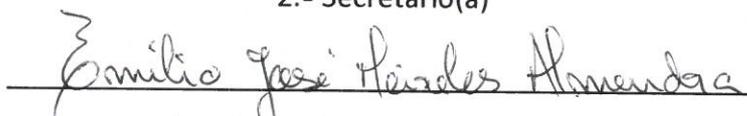
(Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto)

1.º Secretário(a)



(Maria da Assunção Gouveia Bártole Matias)

2.º Secretário(a)



(Emílio José Meireles Almendra)



## ANEXO I

### Instalação Eleito local

Nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, verifiquei a identidade e legitimidade dos eleitos a que compareçam pelo respetivo presidente.

Portanto, compete-me dar posse ao eleito imediatamente seguinte.

Assim, aos 30 dias do mês de Setembro de 2019, pelas 15 horas, nesta vila de Vila Flor e no auditório pequeno do Centro Cultural de Vila Flor, compareceu perante mim, **André Marcelino Garcia Ferreira**, para, em conformidade com o disposto na Lei n.º 169/99, de 18 setembro, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, procedi à instalação e tomada de posse do único Membro da Assembleia Municipal do Município de Vila Flor.

#### **André Marcelino Garcia Ferreira**

Verificada a legitimidade e identidade da eleita e após esta ter prestado juramento legal, eu, Gracinda Peixoto, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, declaro-o investido nas suas funções.

Junte-se o presente documento às atas de instalação.

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Gracinda Peixoto

ANEXO II

23

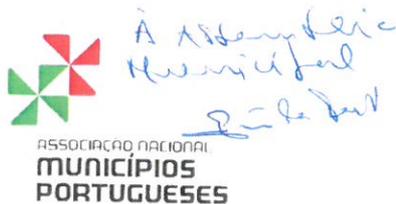


**Requerimento da Bancada da Candidatura Acreditar (PPD/PSD-CDS-PP)**

O Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal da Candidatura Acreditar (PPD/PSD-CDES-PP), informa a mesa, que face à renúncia do Sr. Deputado Dr. Pedro Santos, que a representante/presidente e líder da bancada parlamentar é a Sra. Deputada Olívia Martins.

J  
B

**ANEXO III**



A Sr. Presidente da A. Municipal  
de Vila Flor

2019-09-18



Ex.mo Senhor  
ARTUR GUILHERME PIMENTEL  
Presidente da Assembleia Municipal  
Vila Flor  
Av. Marechal Carmona  
5360-303 VILA FLOR

V/REF.

N/REF. CIR\_51/2019/MIL

DATA: 2019-09-13

ASSUNTO: XXIV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

A Associação Nacional de Municípios Portugueses realiza nos dias 29 e 30 de novembro de 2019, em Vila Real, o seu XXIV Congresso Nacional.

Nos termos do nº 2 do artigo 6º dos Estatutos da ANMP compõem o Congresso Nacional três delegados de cada município associado, de entre os quais 1 presidente de junta de freguesia ou seu substituto (também este presidente de junta de freguesia) ambos eleitos em assembleia municipal.

Neste sentido vimos solicitar que seja aproveitada a próxima reunião da Assembleia Municipal para procederem à eleição dos referidos presidentes de junta de freguesia (efetivo e substituto) tendo em vista a representação das freguesias desse município no XXIV Congresso da ANMP.

Ficamos à inteira disposição de Vª Excia para prestar todos os esclarecimentos que entenda por necessários e apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Rui Solheiro



Secretário-geral da ANMP



*[Handwritten marks]*

**ANEXO IV**

*Remeter à  
Câmara Municipal  
J. de ...*

À Assembleia Municipal de Vila Flor

Municípios: Fernando Manuel Valente Félix e Ana Rita Peixoto Vitorino

Assunto: Construção na Rua João paulo II/ Licença de Construção 04/2018

Encontra-se em construção uma edificação que não respeita o preceituado no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação nomeadamente:

- Abertura de portas e janelas que deitam diretamente para a casa dos expoentes, sem o respeito do intervalo de metro e meio que se exige legalmente;
- levantamento de paredes a menos de metro e meio de janelas existente na casa dos expoentes.
- Paredes na propriedade dos expoentes tendo sido mesmo cortado o patamar da entrada e uma cornija da casa destes para a continuidade da construção da edificação.

De referir que o PDM consagra no artigo 59.º, n.º 2 que "No espaço central, as novas construções, têm que se integrar, HARMONIOSAMENTE, no tecido urbano construído, tendo em consideração as características morfológicas e tipológicas da envolvente e, ainda, respeitar: b) a altura da fachada...", o que não se verifica. Permitam-nos o convite para passarem no local e verificarem pessoalmente, aliás tal construção tem suscitado curiosidade pelo que tem sido alvo de inúmeras visitas pelos diversos municípios

Tal facticidade foi exposta à Câmara Municipal tendo sido requerida uma fiscalização à obra em questão. O assunto foi levado a reunião de câmara e, na mesma, foi referida uma eventual responsabilidade para o arquiteto autor do projeto, descartando qualquer responsabilidade por parte da Câmara, não tendo sido feita qualquer referência à suposta violação do PDM nem à fiscalização por nós solicitada.

A Câmara Municipal ao ter conhecimento que a referida construção não respeita princípios legais consagrados no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, optou por nada fazer.

Tendo a Administração Municipal os poderes necessários para fiscalizar a atividade dos particulares e garantir que esta se desenvolve no estrito cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, não devia ter provido pela fiscalização? Sobretudo porque foi requerida? Qual a razão pela qual não procedeu a mesma?

*Documento entregue por um município*



J  
B  
B

ANEXO V

A



Grupo Político Municipal

Excelentíssima Senhora  
Presidente da Mesa da Assembleia  
Municipal de Vila Flor

Assunto: Assembleia municipal 30/09/2019

Ponto 6 – DESIGNAÇÃO DE CIDADÃO PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VILA FLOR – CPCJ.

Proposta: Maria da Assunção Bártole Matias

Ponto 9- SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SAMPAIO, PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA DO CONCELHO DE VILA FLOR.

Proposta: Vitor Cassiano Queijo Pereira

Vila Flor, 30 de setembro de 2019

Pelos Membros

*[Handwritten signatures]*  
Vitor Pereira  
Fernando Quintana  
Nuno Antunes  
Fernando Quintana  
André José Soares Rodrigues  
Fernando Quintana  
Fernando Quintana

*[Handwritten marks]*

**ANEXO VI**

*B*



*DOG*

**Requerimento Substituição de Membro da CPCJ**

O Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal da Candidatura Acreditar (PPD/PSD-CDES-PP), vem pelo presente indicar o nome do novo membro da CPCJ de Vila Flor, em substituição a Alexandra Rodrigues, passando a ser Milene Alexandra Silva Carvalho.

**Dados do novo membro indicado**

Milene Carvalho, residente na Rua da Palma, 2ª, 2ºEsq. 5360-349 Vila Flor, enfermeira especialista, Tlm: 918154417.